JORNAL CSB
CENTRAL DOS SINDICATOS BRASILEIROS
SINDICATOS FORTES BRASIL MAIS JUSTO
EDIÇÃO - DEZEMBRO DE 2013

CSB ultrapassa índice de reconhecimento no MTE

Central supera os 7% de sindicalizados e se firma como uma das maiores centrais do Brasil

Página 2

Com apoio da CSB, taxistas conquistam a hereditariedade na licença do veículo

Central se consolida em Alagoas

CSB homenageou o presidente do Senado, Renan Calheiros, com um busto de Getúlio Vargas.

Página 4

Projeto de lei do porte de arma para os agentes penitenciários é enviado ao Congresso

Página 5

Fórum Sindical Brasil-México 2013 discute as consequências do neoliberalismo para a América Latina

Página 6

Curso de negociação coletiva ratifica o compromisso da Central com qualificação

Páginas 8 e 9

Editorial

CSB alcança índice para seu reconhecimento formal

Em menos de dois anos de reorganização, a Central dos Sindicatos Brasileiros supera os 7% de sindicalizados, firmando-se como uma das maiores centrais do País

2013 entrará para a história. É o ano do reconhecimento formal da Central dos Sindicatos Brasileiros. Em menos de dois anos de organização, mostramos que é possível construir uma central diferenciada, plural e que respeita os sindicatos.

Até o início de 2013, a CSB já havia alcançado 3,2% do total de sindicalizados. No decorrer deste ano, aproximadamente 90 sindicatos filiados à Central realizaram suas eleições e atualizaram seus dados de sindicalizados.

Somando-se a isso, mais de 60 sindicatos - entre novos filiados e entidades que estavam subtraídas da lista da Central - nos ajudaram a romper a cláusula de barreira imposta por aqueles que não querem a pluralidade de ideias no movimento sindical. A CSB é, portanto, uma alternativa séria para alavancar a luta dos sindicatos do País.

Desde o nascimento da Central, trabalhamos para dar mais dignidade à vida dos trabalhadores. Prova disso, entre outras lutas, foi a conquista da hereditariedade na licença de trabalho dos taxistas, obtida com o empenho da categoria e o nosso apoio.

Durante meses mobilizamos trabalhadores e parlamentares no Congresso Nacional, organizamos reuniões, encontros com autoridades como o presidente do Senado, Renan Calheiros – para pedir a aprovação do projeto que garantia o direito aos taxistas e foi vetado duas vezes pela presidente Dilma Rousseff. A sanção da Medida Provisória 615, que concedeu a licença hereditária, foi a coroação de uma batalha árdua e que merece ser divida com todos os trabalhadores.

Não menos intensa foi a luta pela garantia do porte de arma aos agentes penitenciários fora do horário de serviço. Após articulação com deputados e senadores – entre eles o senador Gim Argello –, Dilma Rousseff enviou à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 6565/2013, que garante o benefício à categoria. Todos nós esperamos com muito otimismo a sanção da lei, que vai recompensar a dedicação de centenas de agentes que acamparam durante dois meses em frente ao Congresso.

São exemplos como esses que nos dão mais energia, motivação e atestam a necessidade da manutenção da unicidade sindical como ferramenta de fortalecimento das entidades na representação da classe trabalhadora. Garantir este direito constitucional é preservar a luta dos trabalhadores, e qualquer proposta que macule e divida a base sindical das categorias não só contribui para os interesses do capital, como também destrói e coloca em xeque conquistas já adquiridas. Sindicato forte precisa de unidade e organização.

Para assegurar e garantir essa organicidade, defendemos a contribuição sindical como instrumento de sustentação das instituições. Sem ela, haverá o enfraquecimento dos sindicatos, comprometendo a proteção dos trabalhadores. Não podemos permitir que alguns setores ajam para desmantelar os sindicatos.

O Ministério Público do Trabalho é um exemplo claro dessa tentativa. Desde 2009, o MPT vem interferindo de maneira abusiva nas entidades. Atualmente essa perseguição se intensificou, e o órgão tenta interferir na organização dos sindicatos, inclusive nos processos de eleições, convenções trabalhistas e acordos coletivos. Uma instituição financiada pela sociedade que está agindo contra os trabalhadores. Para coibir essa prática, participamos – juntos com as centrais sindicais – de uma reunião que visa lutar pela autonomia dos sindicatos e para que estes recebam as contribuições legalmente deliberadas em assembleias.

Outro trabalho intenso da Central foi na ação para retirar pontos polêmicos do PL 4330, projeto que prevê a regulamentação da prestação de serviço. Fomos à capital federal pedir que temas que tentavam, entre outras coisas, promover uma reforma sindical, precarizar as relações de trabalho e violar preceitos constitucionais garantidos ao movimento sindical brasileiro fossem retirados da proposta.

Permaneceremos firmes na defesa dos princípios constitucionais da democracia, da unicidade sindical, da liberdade de organização e do fortalecimento dos sindicatos brasileiros, sem medir esforços para mobilizar os trabalhadores com o objetivo de impedir que os direitos trabalhistas sejam aviltados para aumentar o lucro do capital ou para atender a interesses de correntes ideológicas minoritárias no movimento sindical e fora dele.

Fizemos um excelente trabalho em 2013. Mas a luta está só começando. Vamos comemorar as conquistas e planejar as ações do futuro. O próximo ano promete muitos desafios, e precisamos estar preparados para o embate contra aqueles que ainda insistem em aviltar os direitos garantidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – que completou 70 anos.

Se há alguns meses estávamos em franca ascensão, hoje somos uma Central forte e consolidada, que não medirá esforços para defender os interesses da classe trabalhadora. Vamos à luta! 2014 nos espera!

Antonio Neto
Presidente

FILIE-SE À CSB

CSB
CENTRAL DOS SINDICATOS BRASILEIROS

SINDICATOS FORTES BRASIL MAIS JUSTO

40 horas já!
Fim do fator previdenciário.

Expediente

CENTRAL DOS SINDICATOS BRASILEIROS - CSB
CNPJ/MF SOB Nº 09.414.140/0001-80
Diretor-presidente: Antonio Neto • *Endereço:* Av. Auro Soares de Moura Andrade, 252, cjs. 91 e 92 - Barra Funda - São Paulo/SP - Brasil - CEP 01156-001 • *Tel.:* (11) 2384-5705 / 5706
Site: www.csbbrasil.org.br • *E-mail:* csbbrasil@csbbrasil.org.br

JORNAL CSB:
Edição dezembro /2013 • *Tiragem:* 20.000 exemplares • *Jornalista Responsável:* Alessandro Rodrigues - MTb 37.604/SP • *Repórteres:* Cintia Santiago MTb 69.548/SP, Caio Kato, Diego Antunes MTb 5243/PE e Felipe Alves de Oliveira • *Assessora de Imprensa:* Mariana Francischini • *Projeto Gráfico e Diagramação:* Paulo Barros Jr. • *Fotos:* Equipe In Time • *Edição, Revisão e Produção Gráfica:* In Time Comunicação - Tel.: (11) 5080-0670 - www.intimecom.com.br

JORNAL CSB
Dez/2013

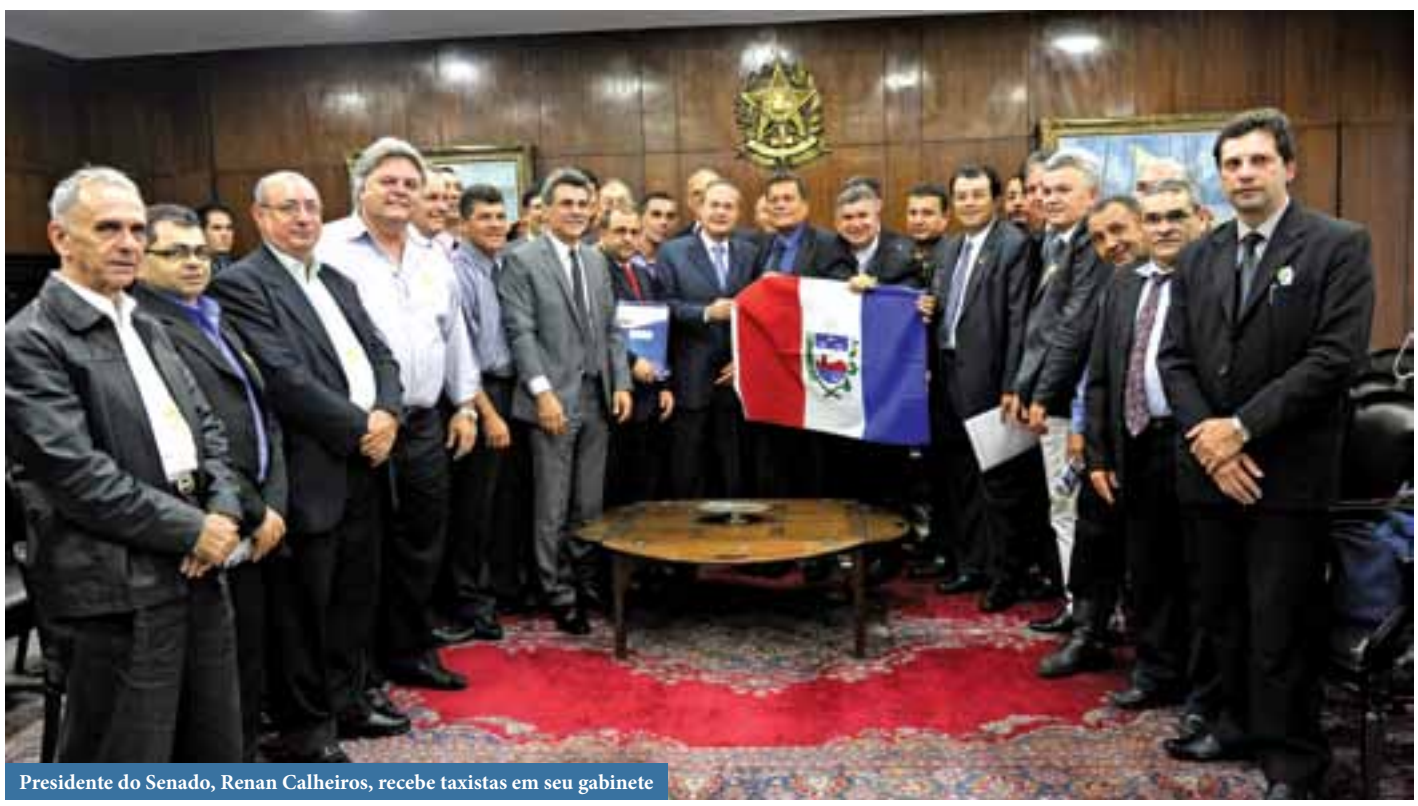
MP 615 garante hereditariedade na licença do veículo dos taxistas

Sanção da Medida Provisória representa a luta dos trabalhadores, da CSB, dos parlamentares solidários à causa e garante à categoria um direito reivindicado há anos

O dia 9 de outubro entrou para a história de todos os taxistas do Brasil. Nessa data, a presidente Dilma Rousseff sancionou a Medida Provisória 615/2013, que inclui a hereditariedade da licença de táxis. A sanção representa uma expressiva vitória para os taxistas e também para a CSB, que, durante meses, realizou um intenso trabalho de articulação no Congresso Nacional.

Um acordo entre as lideranças partidárias viabilizou a votação do relatório do senador Gim Argello (PTB-DF). A Central apoiou os dirigentes dos sindicatos e federações que representam a categoria porque sempre considerou legítimo que a concessão fosse transferida para os filhos, pois ela é um instrumento de sustentação da família.

"A sanção da presidente nos enche de orgulho pelo trabalho que fizemos durante todo esse tempo. Isso é fruto da mobilização dos representantes dos taxistas, além dos próprios trabalhadores, com o único objetivo de garantir melhores condições de trabalho e vida para quem mais precisa. Parabéns para os taxistas e obrigado aos senadores e deputados que se empenharam para concretizar esta vitória. Obrigado, presidente Dilma, pela sua sensibilidade", destacou Antonio Neto.



Presidente do Senado, Renan Calheiros, recebe taxistas em seu gabinete

Os estados do Ceará, Distrito Federal, Paraná, Minas Gerais, Alagoas, São Paulo, Mato Grosso e Rio de Janeiro, além da Fetaxi-NE e da Fecone, participaram da audiência na presidência do Senado.
"A concessão da permissão à família dos taxistas vai permitir a ela viver com dignidade. Nada mais justo depois de décadas de trabalho duro, nas quais o taxista dedica sua vida à profissão" - Ubiraci Correia, presidente do Sindicato dos Taxistas do Estado de Alagoas.

"A conquista significa segurança para mais de 140 famílias que sofriam sérias dificuldades financeiras com o veto da lei" - Dirceu Eugênio Reis, presidente do Sincavir-MG.
"É um caso legítimo e vital para todos que dependem da profissão. É um direito nosso" - Pedro Chalus, presidente do Sicavrep.

"Vencemos uma longa batalha. Agora está garantida a permissão para que a família do taxista mantenha seu sustento quando o trabalhador não estiver mais presente" - Vicente de Paula Oliveira, presidente do Sinditaxi-CE.
"A autorização é a justiça social para o trabalhador que deixa mulher e filhos que não conseguem viver sem a força do trabalho do chefe da família" - Maria do Bonfim, presidente do Sinpetaxi-DF.

Senador Gim Argello acompanhou a mobilização dos taxistas no Congresso

Retrospecto e articulação

Reuniões e audiências com o presidente do Senado, Renan Calheiros; o presidente do PMDB e senador Valdir Raupp; além de Gim Argello, Eunício Oliveira (PMDB-CE), Eduardo Braga (PMDB-AM) e Romero Jucá (PMDB-RR) foram fundamentais para a consolidação dos trabalhos.

Além disso, o presidente da CSB publicou – no portal do PMDB na internet – um artigo intitulado *"Presidenta Dilma, por favor, ouça a voz dos taxistas"*, no qual pedia à presidente especial atenção para a urgência da concessão da licença hereditária.

Atuação em Alagoas consolida a CSB como uma das maiores centrais do Estado

Dirigentes locais discutiram a representatividade e o fortalecimento da entidade. Na ocasião, Central homenageou Renan Calheiros com um busto de Getúlio Vargas

Em setembro, a CSB realizou reunião estadual da entidade em Maceió para discutir a organização da Central em Alagoas, o fortalecimento dos sindicatos, a realização do curso "Estrutura e Processo de Negociação Coletiva", evento em parceria com o Dieese – para capacitar os servidores públicos do Estado, além de discutir a tentativa de precarização do trabalho que alguns setores pretendem encampar por meio de artigos do PL 4330 – que prevê a regulamentação da prestação de serviço.

Os dirigentes regionais reiteraram o apoio da Central a todas as categorias. "A CSB é uma central diferente das outras. Já tive a oportunidade de conhecer as demais, mas nenhuma tem essa postura democrática e combativa", afirmou Ed Sampaio, presidente do Sindicato dos Mototaxistas e Motoboys do Estado de Alagoas (SIMMEAL).

Jogelson Veras, secretário do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Estado de Alagoas (SINTSEP-AL), se dispôs a lutar pela consolidação da entidade no Estado. "Meu sindicato está muito satisfeito e orgulhoso pela filiação à CSB, que sempre nos apoiou", revelou.

Senador Renan Calheiros agradeceu a CSB por réplica do busto de Getúlio Vargas

Para Aldo Sobreira, presidente do Sindicato dos Servidores Municipais de São Miguel dos Campos (SINDSERVIS), é necessário que as entidades estejam à frente das transformações do movimento sindical. "Acreditamos na CSB porque ela é a central que tem condições de crescer muito para defender os interesses dos trabalhadores", enfatizou.

Direção estadual alagoana discutiu o crescimento da Central no Estado

Homenagem a Renan Calheiros

Durante o 2º Encontro Regional de Avaliação de Políticas Públicas – Alagoas, Realidade e Perspectivas, na cidade de Paripueira, Antonio Neto homenageou o presidente do Senado, Renan Calheiros, com uma réplica do busto de Getúlio Vargas, feita em resina e mármore, em comemoração aos 70 anos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

O senador agradeceu ao presidente da CSB pela homenagem. "O meu gabinete e o Senado Federal sempre estarão de portas abertas para as reivindicações da CSB e das centrais sindicais", afirmou.

FILIE-SE À CSB

CSB
CENTRAL DOS SINDICATOS BRASILEIROS

SINDICATOS FORTES
BRASIL MAIS JUSTO

Fim do fator previdenciário!
Reajuste digno para os aposentados!

Audiência pública sobre a movimentação de mercadorias discute Portaria 3.204

Decreto Legislativo 545 pretende suspender decisão que classifica os movimentadores como categoria diferenciada

Representantes da movimentação de mercadorias participaram, em setembro, de uma audiência pública, na Câmara dos Deputados, para debater o Projeto de Decreto Legislativo (PDC) 545/2012 que susta os efeitos da Portaria nº 3.204 do Ministério do Trabalho, documento que cria a categoria profissional diferenciada para os movimentadores.

Raimundo Firmino dos Santos, Alfredo Ferreira de Souza e José Lucas da Silva, respectivamente, da Federação Nacional (Fentramacag), da Fetramesp e da Federação do MS e MT, defenderam a Portaria 3.204 como instrumento de defesa dos movimentadores. Para os dirigentes, os argumentos do autor do PDC, deputado Pedro Uczai (PT-SC), não se sustentam.

O parlamentar afirma no projeto que existe o que ele chama de "enxurrada" de processos judiciais causados pela Portaria, tanto em relação a requisições do recolhimento das contribuições sindical e negocial ou assistencial da categoria como ao enquadramento dos movimentadores que trabalham em empresas comerciais.

"Se o motorista continua sendo motorista independente de onde ele trabalha, porque com o movimentador não pode ser assim?", questiona Raimundo dos Santos.

Para José Lucas, a questão vai além das contribuições sindicais. "Somos enquadrados igualmente como categoria diferenciada, assim como os médicos, motoristas, engenheiros e secretários. E isso representa a segurança para os movimentadores", argumentou.

A proposta segue para a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) da Câmara. Os sindicatos e as federações filiadas à CSB têm o apoio da Central na luta para que a Portaria 3.204 seja mantida e respeitada.

JORNAL CSB
Dez/2013

Projeto de lei do porte de arma para os agentes penitenciários é enviado ao Congresso

Dilma Rousseff encaminhou a proposta em caráter de urgência para a análise da Câmara dos Deputados

Renan Calheiros recebeu os agentes em seu gabinete para ouvir as necessidades da categoria

Em outubro, a presidente Dilma Rousseff enviou à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 6565/2013, que concede o porte de arma fora do horário de serviço aos agentes penitenciários. A proposta tramitará em regime de urgência, conforme solicitado pela própria presidente, tendo os deputados o prazo de até 45 dias para aprová-la.

A iniciativa representa o reconhecimento de Dilma a uma árdua luta da categoria, que contou com o apoio da CSB e do senador Gim Argello (PTB-DF). "Há vinte anos a categoria sofre com a ausência do porte de arma, que compromete a nossa segurança", explicou Leandro Vieira, presidente do Sindicato dos Agentes de Atividades Penitenciárias do Distrito Federal (Sindpen-DF).

Gim Argello articulou junto à presidente para sensibilizá-la da necessidade do porte de arma para a categoria. "Hoje temos a certeza de que a nossa história está mudando. Obrigado a todos os agentes penitenciários, que acreditaram na nossa força para levar o debate ao Congresso Nacional, à CSB – que nos apoiou nessa batalha aqui em Brasília – e ao senador Gim, nosso irmão", completou Leandro Vieira.

Para evitar qualquer dúvida em relação à validade na extensão territorial da Lei, o presidente do Sindpen-DF se reuniu com Gim Argello para propor a inclusão da emenda "em todo o território nacional" no texto do projeto. A solicitação foi feita pelo senador, a pedido dos agentes penitenciários, para o relator da proposta, deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP).

"Precisamos que a lei seja aprovada sem que haja dúvidas sobre sua abrangência. Ela precisa valer em todo o Brasil", argumentou Leandro Vieira.

Histórico de atuação

A CSB ofereceu todo o respaldo político e representativo na mobilização promovida pelo Sindpen-DF. O acampamento montado pelos agentes em frente ao Congresso Nacional contou com cerca de 500 trabalhadores que lutaram durante 60 dias para derrubada do veto presidencial ao Projeto de Lei da Câmara (PLC) 87/2011, que previa o porte de arma fora de serviço.

Manifestações, passeatas e atos dentro do Congresso marcaram o esforço do sindicato, com o apoio da Central, para conquistar um direito vital aos agentes penitenciários. Na época, Leandro Vieira entregou à Dilma Rousseff uma carta, que além do porte de arma, pedia a regulamentação da profissão. A CSB também solicitou audiências com o presidente do Senado e do Congresso, Renan Calheiros, para pedir o apoio do parlamentar na derrubada do veto.

Senador Valdir Raupp ajudou na reivindicação pelo porte de arma fora de serviço

Gim Argello, dirigentes da CSB e trabalhadores durante ação no Congresso Nacional

Hoje temos a certeza de que a nossa história está mudando. Obrigado a todos os agentes penitenciários, que acreditaram na nossa força para levar o debate ao Congresso Nacional, à CSB – que nos apoiou nessa batalha aqui em Brasília – e ao senador Gim, nosso irmão

Fórum Sindical Brasil-México 2013 discute as consequências do neoliberalismo para a América Latina

Evento analisou os efeitos da globalização e da força do capital sobre os países pobres e mostrou que a união latino-americana é essencial para o desenvolvimento e a justiça social

Entre os dias 16 e 18 de setembro, o Rio de Janeiro sediou o Fórum Sindical Brasil-México 2013. O evento, realizado pela CSB, debateu a globalização, a crise financeira global e suas consequências para os direitos trabalhistas. Foram discutidos os efeitos do neoliberalismo para a América Latina e os países pobres, além das estratégias a serem criadas pelo movimento sindical brasileiro e mexicano para superar as crises que precarizam as relações de trabalho.

Autoridades brasileiras, economistas e sindicalistas do Brasil e do México, além da diretoria da CSB, participaram das mesas de debates e propuseram uma reflexão sobre a necessidade da união latino-americana para o fortalecimento da região no aspecto econômico, político e trabalhista.

Auditório do Memorial Getúlio Vargas recebeu durante três dias o Fórum Sindical Brasil-México

Segundo o ministro do Esporte, Aldo Rebelo, "para o desenvolvimento do Brasil, precisamos construir uma agenda de coesão de forças políticas e econômicas, de transformação social, pautada pela centralidade da questão nacional, em detrimento do corporativismo".

"A defesa dos direitos trabalhistas e do emprego faz parte da grande luta dos nossos países pelo desenvolvimento, avanço tecnológico, independência, justiça e grandeza de nosso continente", defendeu o senador Roberto Requião (PMDB-PR).

Para o economista Carlos Lessa, o discurso neoliberal propõe a liberdade da movimentação do capital, o que não alcança o trabalho. "Cria-se uma barreira brutal para o processo de convergência e associação dos interesses dos trabalhadores no mundo", explicou.

Antonio Álvarez Sparza, coordenador da delegação mexicana, afirmou que o processo de globalização vem avançando no México, com consequências desastrosas. "A defesa do trabalhador virou a defesa dos patrões e da pulverização da sociedade", criticou.

"Defender o trabalho, as organizações sindicais e os direitos adquiridos é defender a história e o futuro das nações latino-americanas", sentenciou Lorenzo Carrasco, presidente do Movimento de Solidariedade Ibero–americana (MSIa).

A economista Marivilia Carrasco disse que o cenário atual mexicano reitera o caráter destrutivo do capital. "Os salários permanecem quase os mesmos da década de 1940, e a perda do poder aquisitivo trava o desenvolvimento nacional", completou.

"As entidades precisam estar preparadas para estimular os trabalhadores, dar a eles um conhecimento histórico sobre a importância do movimento sindical e trocar experiências, para que eles não virem massa de manobra", enfatizou o cientista político Ernesto Parrez.

Ángel Palacios explica que cerca de 50 milhões de mexicanos vivem na pobreza, a metade da população do país. "A dívida interna do setor público aumentou muito. O montante chega a 38% do PIB, o que equivale a mais de 6 bilhões de pesos", criticou o economista.

O vice-presidente da CSB pregou o fortalecimento da legislação trabalhista brasileira como forma de conter o avanço neoliberal. "Precisamos manter a CLT. A nossa missão é defendê-la com unhas e dentes, impedindo que ela seja flexibilizada", pontuou Luiz Sergio Lopes.

Alvaro Egea criticou a indústria predatória presente no Brasil, na qual 13% das roupas usadas no País são importadas, cerca de 600 milhões de peças. "Devemos encontrar um caminho de unidade para fortalecer a nossa economia", analisou o secretário-geral da CSB.

"O Brasil precisa investir na indústria nacional, melhorando a infraestrutura dos serviços e gerando emprego para desenvolver o País", afirmou Juvenal Cim, diretor da CSB.

Veja no site da CSB a galeria de fotos e os vídeos do Fórum Sindical Brasil-México 2013.

JORNAL CSB
Dez/2013

Encontro Nacional da Juventude consolida proposta de formação dos jovens dirigentes

Palestras e debates analisaram a inserção da juventude no movimento sindical e sua atuação na luta pelas questões trabalhistas

Juventude da CSB discutiu sua participação no movimento sindical

O Encontro Nacional da Juventude da CSB, realizado em Salvador, fortaleceu o compromisso da entidade em estimular, valorizar e capacitar novos dirigentes sindicais. O evento foi marcado por debates e palestras sobre a realidade do jovem brasileiro, seu poder de atuação na sociedade, além da necessidade de formação e as estratégias de atuação da Central para mobilizar a juventude para a luta dos trabalhadores.

Marcelo Gonçalves, secretário nacional da Juventude da Central, destacou a importância da integração. "A participação jovem no movimento sindical precisa crescer mais. E a construção da identidade da juventude da CSB é fundamental para a entidade", apontou.

Para o presidente Antonio Neto, é preciso criar políticas para incluir a juventude nos sindicatos. "É necessária formação ideológica para dar visão de classe e ampliar a capacitação universitária. Isso é primordial para o futuro do movimento sindical jovem", defendeu.

"É importante qualificar os representantes para aumentar a credibilidade das centrais. E a CSB tem esse compromisso e também com o resgate da memória de luta dos trabalhadores para torná-la pública para as novas gerações sindicais", argumentou Alvaro Egea, secretário-geral da CSB.

"São 55 milhões de jovens entre 15 e 29 anos no Brasil. É preciso renovar o canal de comunicação do movimento sindical com os trabalhadores e a juventude."

Para Neto, a formação ideológica é fundamental

Marcelo Tourinho, Wendel Pinheiro, Everton Gomes, Marcelo Gonçalves e Thiago Pereira defenderam a capacitação dos jovens

Palestras

Everton Gomes

Representante do Sindicato dos Policiais Civis do Estado do Rio de Janeiro (Sindpol) e integrante da juventude do Partido Democrático Trabalhista (PDT), Everton Gomes destacou a organização da juventude como providência necessária para o desenvolvimento social e político.

"São 55 milhões de jovens entre 15 e 29 anos no Brasil. É preciso renovar o canal de comunicação do movimento sindical com os trabalhadores e a juventude. As novas tecnologias têm papel fundamental nesse processo. Assim, nos fortalecemos para dialogar e negociar com o governo", ressaltou.

Wendel Pinheiro

Historiador e assessor de comunicação da Secretaria Municipal de Trabalho e Emprego (SMTE) do Rio de Janeiro, Wendel Pinheiro traçou um panorama do contexto histórico dos jovens nos movimentos sociais e dos trabalhadores.

"As ações do movimento estudantil ao longo dos anos foram fundamentais para definir o caráter atuante da participação da juventude nos momentos mais marcantes da história do Brasil", argumentou.

Marcelo Tourinho

A união dos jovens para uma luta mais ampla no movimento sindical foi o destaque da palestra de Marcelo Tourinho, presidente do Sindicato dos Psicólogos da Bahia. Ele defendeu a inovação na formação dos movimentos jovens e o aprimoramento da linguagem para facilitar a interação com a juventude.

"Nossa missão é fortalecer os sindicatos para consolidar as entidades e o movimento sindical jovem de maneira global", afirmou.

Veja no site da CSB a galeria de fotos do Encontro Nacional da Juventude.

Curso de negociação coletiva ratifica o compromisso da Central com qualificação

Parceria com o Dieese capacitou cerca de 250 dirigentes em 2013. CSB pretende aumentar o número de cursos para o próximo ano e alcançar ainda mais categorias

Em 2013, a CSB – em parceria com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) - realizou sete edições do curso *Estrutura e Processo da Negociação Coletiva*.

Cerca de 250 dirigentes sindicais – entre servidores públicos, movimentadores de mercadorias, trabalhadores da saúde, do setor de tecnologia da informação e agentes do comércio – receberam treinamento, preparado especialmente para cada categoria, com o objetivo de capacitá-los em suas estratégias de luta pelos direitos dos trabalhadores.

Para 2014, a entidade planeja aumentar o número de edições para qualificar um contingente ainda maior de representantes, além de levar o curso para outras categorias e consolidar a Central como uma das entidades que mais investem na qualificação de seus dirigentes.

SERVIDORES PÚBLICOS

Espírito Santo

Realizado em Jacaraípe (ES), dirigentes de sindicatos e federações dos servidores públicos capixabas e também de Minas Gerais assistiram a palestras sobre o comportamento e a argumentação da negociação – aspectos teóricos e práticos –, além do planejamento de campanhas salariais. O curso foi promovido com o apoio da Federação dos Servidores Públicos Municipais do Estado do Espírito Santo (Fespume-ES) e da Federação dos Servidores Públicos Municipais de Minas Gerais.

Garanhuns

Parceria com a Federação dos Sindicatos e Associações de Servidores Públicos em Pernambuco (FESIASPE), e com o apoio do Sindicato dos Servidores Públicos de Garanhuns (Sinsemug), o curso promoveu simulações da negociação na vida real e preparou os dirigentes para liderar as mesas de reivindicações junto aos empregadores.

FILIE-SE À CSB

CSB CENTRAL DOS SINDICATOS BRASILEIROS

SINDICATOS FORTES
BRASIL MAIS JUSTO

Reforma Agrária! Regulamentação da Convenção 151 da OIT!

MOVIMENTADORES DE MERCADORIAS

Maringá

Dirigentes da movimentação de mercadorias do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul participaram do curso, que mostrou técnicas específicas de negociação com os sindicatos patronais, com o objetivo de preparar os representantes para agir nas situações mais adversas e avançar na conquista e ampliação de direitos para a categoria.

Cuiabá

Dirigentes de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia participaram das palestras desta edição, realizada em parceria com a Federação Interestadual dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral (FEINTRAMAG). Representantes dos movimentadores levaram para seus estados conceitos aprimorados de uma negociação coletiva que atenda aos interesses dos trabalhadores.

TRABALHADORES DA SAÚDE

Rio de Janeiro

O curso "Oratória e Apresentação Pessoal" foi o diferencial da edição carioca. Além das estratégias fundamentais de uma negociação coletiva, os dirigentes dos sindicatos da área da saúde do Rio de Janeiro tiveram acesso a técnicas de aprimoramento da comunicação, valioso recurso de persuasão, credibilidade e influência nas mesas de negociação. Esta etapa foi promovida junto com a Federação dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado do Rio de Janeiro.

SEAACS

Presidente Prudente

Os três dias do curso para os dirigentes dos Sindicatos dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio e em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Empresas de Serviços Contábeis (SEAACs) de São Paulo ofereceu aos representantes capacitação para os quinze processos de negociação feitos todo ano pelos SEAACs.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

São Paulo

Para os diretores do Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados e Tecnologia da Informação do Estado de São Paulo (Sindpd) e dos sindicatos filiados à Federação Interestadual dos Trabalhadores de Tecnologia da Informação (Feittinf), o curso foi mais uma oportunidade de aperfeiçoamento da capacidade de negociação desses dirigentes, que se deslocam constantemente até as empresas do setor de TI para apurar a realidade dos trabalhadores e lutam para melhorar ainda mais a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria, uma das melhores do Brasil.

Ciclo de palestras do Sindpd debate o cenário econômico e político do Brasil

Durante o Seminário de Pauta 2013, personalidades expuseram a realidade do setor de Tecnologia da Informação, o sistema produtivo nacional, a manipulação da ciência e a regulamentação da mídia

O Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados e Tecnologia da Informação do Estado de São Paulo (Sindpd) promoveu – entre os dias 24 e 26 de outubro – o Seminário de Pauta 2013. O evento marca o início dos trabalhos da entidade para a Campanha Salarial 2014, que, nesta edição, reuniu economistas, políticos e outras personalidades para debater temas como os desafios do mercado de trabalho e o movimento sindical; interesses econômicos ligados ao aquecimento global; a desnacionalização do setor de TI e a manipulação da mídia.

Diretores do Sindpd discutem a pauta de reivindicações da Campanha Salarial 2014

"É preciso mudar o sistema produtivo para melhorar a vida do trabalhador", afirma Marcio Pochmann

Economista defendeu a redução da jornada de trabalho para diminuir o desequilíbrio da distribuição de renda no Brasil

O economista e professor Marcio Pochmann discutiu a mudança do sistema produtivo, industrial e de serviços para compensar a desigualdade na distribuição dos lucros obtidos com o trabalho – a maior parte deles concentrada nas mãos das empresas.

"Para chegar ao tipo de produção do trabalho imaterial – desempenhado pelo trabalhador da área de tecnologia e qualquer profissional da área de serviços, com os avanços tecnológicos e as mudanças estruturais que estão ocorrendo no mundo -, o profissional trabalha em torno de 18 a 19 horas por dia para o benefício apenas da empresa", explicou.

O economista argumenta que esse avanço tecnológico e a nova cultura de organização social e econômica da sociedade provocam uma expropriação cada vez maior do tempo de trabalho do cidadão, que não está mais restrito aos limites da empresa na qual ele trabalha.

Pochmann destacou também que as empresas exigem cada vez mais capacitação de seus profissionais, mas esta qualificação excede seu tempo de trabalho, destruindo o momento destinado ao descanso e ao lazer.

"O trabalhador está produzindo muito além do que a jornada e o seu trabalho físico proporcionavam antigamente pela empresa. Por isso, é justo que se reduza a jornada de trabalho para 12 horas semanais, que seriam adequadas para contrapor esse acúmulo de capital que vem ocorrendo devido ao trabalho imaterial", argumentou.

Papel dos sindicatos na capacitação

A redução da jornada de trabalho, segundo Pochmann, está ligada ao processo de formação do trabalhador. "É preciso diminuir o tempo de trabalho para ele ter como estudar e se qualificar, ter acesso à diversão e cultura", pontuou.

Para Pochmann, o movimento sindical precisa entender que a questão da capacitação do trabalhador é ponto fundamental para o seu fortalecimento. "Os sindicatos devem incentivá-la para que o aperfeiçoamento não fique nas mãos dos empresários ou do Estado. A educação do trabalhador deve e precisa ser um espaço de atuação sindical também", defendeu.

Professor denuncia manipulação da ciência para defender interesses econômicos externos

Para Luiz Carlos Molion, estes interesses estão ligados ao aquecimento global e a outros "terrorismos" climáticos

Luiz Carlos Molion, cientista e professor do Instituto de Ciências Atmosféricas da Universidade Federal de Alagoas (ICAT – UFAL), analisou dados referentes ao aquecimento global, à camada de ozônio e ao Painel da Biodiversidade, e os considerou verdadeiros "terrorismos climáticos". Para o especialista, estas informações são uma simples manobra para que o Brasil permaneça submisso às nações altamente desenvolvidas.

"Nós achamos que somos independentes, mas, na realidade, ao analisar alguns fatos, podemos concluir que o Brasil ainda vive em regime de colônia em relação a alguns países", criticou Molion, referindo-se aos acordos realizados entre o Brasil e outras nações.

O efeito estufa, que é o pilar básico da teoria do aquecimento global, "é uma grande furada", disse o professor. "Ele vai contra as leis básicas da ciência e, sem dúvidas, não passaria por uma análise séria dentro da mecânica ou física quântica", garantiu, ressaltando que o governo e a mídia agem a favor de interesses particulares.

A importância sindical

Para Molion, os dirigentes sindicais são representantes da massa trabalhadora que, na maioria das vezes, não possui voz ativa. "Os esclarecimentos servem para conscientizá-los do dever de levar aos formadores de políticas públicas e ao governo as aspirações e as necessidades dessa maioria", argumentou.

"Hoje, embora nosso governo esteja bem consolidado perante outras nações, ainda aceitamos muitas determinações provenientes do G7 [grupo das sete principais economias do mundo]. Os milhões de investimentos no Fundo Mundial [Para a Natureza] são uma grande bobagem, principalmente porque sofremos com problemas nas áreas de educação, saúde e saneamento. É justamente aí que os sindicatos possuem participação fundamental como representantes dos anseios dos trabalhadores", finalizou Luiz Carlos Molion.

"Desnacionalização está impedindo desenvolvimento tecnológico do Brasil", revela José Eduardo Cassiolato

Segundo o economista, grupos estrangeiros estão dominando o mercado nacional de tecnologia da informação

O professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) José Eduardo Cassiolato abordou os prejuízos causados pela desnacionalização do setor de tecnologia no Brasil. Segundo o economista, grupos estrangeiros estão dominando o mercado nacional e impedindo o desenvolvimento do País.

Para Cassiolato, um dos principais problemas é a falta de políticas de investimentos no setor tecnológico brasileiro. Ele apresentou o exemplo do mercado chinês que está se fortalecendo a cada dia. O país não impede a chegada de empresas estrangeiras, desde que a tecnologia implantada pelas companhias seja transmitida.

"Quando a Embraer – uma das únicas empresas brasileiras que investem em pesquisas e desenvolvimento – chegou à China, foi obrigada a repassar a tecnologia e a ensinar os chineses a construir avião. Tempos depois, havia uma empresa de lá que fazia o mesmo produto com a tecnologia brasileira. Isso não acontece aqui", criticou.

O especialista fez uma análise do mercado mundial e garantiu que o caminho mais sensato não é dificultar a entrada das empresas internacionais, mas implantar ações com o objetivo de estimular e fortalecer área de desenvolvimento tecnológico nacional.

"Em todo lugar do mundo essas companhias são importantes, mas elas precisam trazer seus projetos e propostas para dentro do Brasil. Somos responsáveis pelo problema que enfrentamos atualmente. A mesma IBM que pratica determinadas ações aqui, quando vai negociar com a China, age diferente. Infelizmente a política econômica nacional ainda é dissociada da política industrial", concluiu Cassiolato.

Paulo Henrique Amorim defende regulamentação da mídia para democratizar a informação

Jornalista fez críticas aos conglomerados de comunicação e aos embargos no acesso aos conteúdos

Paulo Henrique Amorim apresentou os artigos da Constituição de 1988 que tratam da comunicação, as políticas de distribuição da publicidade brasileira, o novo cenário da audiência e a forte relação entre políticos brasileiros e meios de comunicação.

O palestrante afirmou que existe um alto ambiente de controle na mídia, e o acesso aos mecanismos de produção e participação é quase inexistente. "O sistema de comunicação atual é uma zona proibida, onde a cidadania não entra. A saída é encontrar meios alternativos de informação, como a internet", explicou.

Regulamentação da Mídia

Paulo Henrique Amorim criticou a legislação regulatória da comunicação no Brasil. "Os trabalhadores deveriam estar interessados na existência de uma Ley de Medios [expressão popular criada na Argentina para a Lei 26.522, de serviços de comunicação audiovisual]", argumentou, condenando a atual política que regulamenta o sistema de radiodifusão.

Para o jornalista, é necessário um debate profundo sobre os direitos à informação, liberdade de expressão e democratização das comunicações. O apresentador fez duras críticas à Rede Globo. "A lei de meios como marco regulatório da comunicação irá contra a imagem e poder da Globo, e ela fará de tudo para impedir a aprovação. Não há negociação. É por isso que nós somos um país subdesenvolvido institucionalmente", avaliou.

Marco Civil

Paulo Henrique Amorim também discutiu o Projeto de Lei do Marco Civil da Internet, que está em tramitação no Congresso Nacional. O palestrante defendeu a permanência dos dados (logs) dos provedores no Brasil e destacou que o projeto deve preservar a liberdade de expressão e a neutralidade da rede. "Nenhum medidor de liberação de informações e notícias deve barrar a mídia alternativa em benefício de meios de comunicação mais poderosos", concluiu.

Comissão da Verdade cria equipe para investigar repressão ao movimento sindical

Grupo de trabalho investiga atos de tortura contra sindicalistas e trabalhadores durante a ditadura militar

Alvaro Egea e Ismael de Souza (à direita) representaram a CSB nos eventos da Comissão da Verdade

O Grupo de Trabalho Ditadura e Repressão aos Trabalhadores e ao Movimento Sindical, da Comissão Nacional da Verdade (CNV), foi criado em abril para investigar a censura aos sindicatos e os atos de tortura contra dirigentes durante a ditadura militar. A iniciativa conta com o apoio das centrais sindicais – CSB, CTB, CUT, Força Sindical, CSP-Conlutas, Intersindical, NCST, UGT e CGTB – e é coordenada pela advogada e professora Rosa Cardoso.

Ismael Antonio de Souza é o representante da CSB no grupo. O diretor foi indicado para o trabalho pelo seu histórico de luta contra o regime. Na época, ele militava pela Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), partido clandestino de oposição à ditadura. Por causa das perseguições políticas, Souza viveu no exílio, morando em países como Chile, Argentina e Suécia.

Investigação

Desde julho – quando o grupo começou oficialmente os trabalhos de investigação – a equipe faz consultas em documentos de empresas, sindicatos, órgãos de repressão e do Ministério do Trabalho para levantar os nomes dos perseguidos políticos e seus torturadores.

Para Ismael de Souza, a apuração dos fatos é fundamental para a retratação política e moral. "O objetivo final dos trabalhos é fazer justiça. São necessárias desculpas formais e reparação de ordem política para esse terror que foi a ditadura", concluiu.

4º Encontro Internacional contra o Trabalho Infantil discute a realidade do Cone Sul

Bartolomeu França representou a CSB e propôs o debate sobre o assunto dentro do movimento sindical

O 4º Encontro Internacional contra o Trabalho Infantil reuniu, em agosto, representantes de organizações e entidades do Brasil e do exterior para trocar experiências entre os países do Cone Sul (Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Chile) sobre o cenário atual do problema. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), ainda há no mundo 168 milhões de crianças que trabalham.

No encontro, foi divulgado um estudo que aponta os impactos socioeconômicos do trabalho infantil e adolescente no Brasil e no restante do Cone Sul. Segundo o levantamento, o trabalho infantil prejudica o desempenho escolar das crianças; reduz em 17,2% a aprovação escolar; afeta o progresso educacional em 24,2% dos casos; e ainda aumenta em 22,6% a evasão escolar.

O dirigente da CSB Bartolomeu França participou do evento e dialogou com especialistas sobre como o movimento sindical pode colaborar no combate a esta realidade. "A atuação dos dirigentes é fundamental em eventos com essa temática, pois o trabalho infantil está diretamente ligado às condições de vida do povo brasileiro", explicou.

Conferência Global sobre Trabalho Infantil

Realizada em outubro, em Brasília, a terceira edição do evento debateu as ações realizadas pelo Brasil no combate ao trabalho infantil. A Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD) de 2012 apontou que, entre 2000 e 2012, o País reduziu em 67% o número de crianças e adolescentes entre 5 e 14 anos em situação de exploração, bem acima do ritmo global de 36%.

Segundo a presidente Dilma Rousseff, as políticas econômicas do Brasil para combate à pobreza são o caminho para o fim da exploração da mão de obra de crianças e adolescentes. Dilma afirmou que a educação também é o alicerce para a erradicação do trabalho infantil. "As crianças devem estudar para que possamos evitar a repetição entre gerações do ciclo da pobreza", disse a presidente ao Portal Brasil.

Bartolomeu França participou das mesas de debate do evento

Regulamentação da profissão de vaqueiro

A presidente Dilma Rousseff sancionou, em outubro, a Lei 12.870 – que regulamenta o exercício da atividade profissional de vaqueiro – após a aprovação do projeto pelo Senado.

O presidente da Casa, Renan Calheiros (PMDB-AL), teve papel fundamental e de destaque na aprovação da proposta ao apoiar a categoria e receber os vaqueiros em seu gabinete para ouvir as principais reivindicações desses trabalhadores.

"O vaqueiro é o herói brasileiro, um sobrevivente. É aquele que exerce com muita determinação, garra e coragem uma profissão de muito risco e que, portanto, precisa ser diferenciada e regulamentada", explicou.

Segundo Ipea, cada R$ 1 gasto com o Bolsa Família adiciona R$ 1,78 ao PIB

O programa Bolsa Família tem o maior efeito multiplicador sobre a economia de acordo com dados apresentados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Os gastos com o benefício representam apenas 0,4% do Produto Interno Bruto (PIB), mas cada R$ 1 gasto com o programa movimenta R$ 2,4 no consumo das famílias e adiciona R$ 1,78 no PIB.

Segundo o Ipea, o Bolsa Família reduziu a extrema pobreza em 28% entre 2002 e 2012. Atualmente, o programa atende 13,8 milhões de famílias, que correspondem a 50 milhões de pessoas.

JORNAL CSB
Dez/2013

"Investir na alimentação é cuidar da saúde do trabalhador", afirma Neto na Espanha

Presidente apresentou os benefícios do PAT no 20º Congresso Internacional de Nutrição

Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) foi o tema da palestra de Neto na Espanha

Em setembro, aconteceu em Granada, na Espanha, o 20º Congresso Internacional de Nutrição, promovido pela União Internacional de Ciências da Nutrição (IUNS) e organizado pela Sociedade Espanhola de Nutrição. O evento debateu o papel da alimentação e da saúde pública, da prevenção, do tratamento de doenças crônicas, além do impacto da tecnologia sobre as qualidades nutricionais dos alimentos.

Antonio Neto participou do evento como palestrante ao lado de mais de cinco mil profissionais especializados na área e apresentou o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) do Brasil.

"O PAT tem papel destacado no crescimento econômico e no desenvolvimento com justiça social porque colabora para melhor distribuição de renda, nível de aprendizado, qualificação profissional e condição de saúde e de trabalho", esclareceu o presidente da CSB.

Criado em 1976, o programa prioriza a melhora das condições nutricionais dos trabalhadores que ganham até cinco salários mínimos mensais. Aproximadamente de 15 milhões de trabalhadores são atendidos pelo PAT.

Defesa da indústria e da tecnologia nacionais no seminário "Reindustrialização do Brasil"

Neto propôs o investimento na educação como ferramenta para o desenvolvimento tecnológico brasileiro

Evento na Fiesp reuniu especialistas para debater a reindustrialização do Brasil

Em evento promovido pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Antonio Neto discutiu, ao lado de especialistas em economia, o cenário atual das indústrias no mercado brasileiro e a urgente necessidade da retomada do crescimento do setor no País.

Durante o painel "Instrumentos de política industrial e tecnológica para incentivar a reindustrialização do Brasil", Neto disse que a utilização da tecnologia e inovação no processo produtivo é resultado direto de fatores como o desenvolvimento da cultura da inovação, a propriedade da inovação tecnológica produzida e o financiamento.

"Todo esse processo passa pela mudança e investimento no sistema educacional", afirmou o presidente. "O Brasil vem avançando nesta questão, e o governo tem feito esforços para ampliar o acesso dos jovens às instituições de ensino, sejam elas primárias, técnicas, de graduação ou pós-graduação, mas este esforço, diante das nossas limitações financeiras, ainda está situado na quantidade e não na qualidade", completou.

XII Congresso de Sindicalismo Global discute a integração entre os povos

Em outubro, aconteceu em Lisboa, Portugal, o XII Congresso de Sindicalismo Global (CONSIG) – Um mundo sem fronteiras, evento que debateu a integração entre os povos para a educação de qualidade e a especialização no trabalho. No encontro, analisou-se a necessidade de ser transporem barreiras territoriais para o desenvolvimento de uma sociedade global mais justa e solidária.

Luiz Sergio Lopes, vice-presidente da CSB, representou a entidade e participou de debates e palestras sobre as perspectivas de um mundo sem fronteiras ou limitações para os trabalhadores. Autoridades, políticos e dirigentes sindicais do mundo inteiro, principalmente do Brasil e de Portugal, também prestigiaram o evento.

Luiz Sergio Lopes e dirigentes dos administradores participaram do Congresso

Homenagens

Antonio Neto e Heloisa Menezes, diretora da Ansef

Medalha Deferência Policial Federal da Ansef

Antonio Neto recebeu a Medalha Deferência Policial Federal, da Associação Nacional dos Servidores da Polícia Federal (Ansef), por seu trabalho na defesa do movimento sindical brasileiro.

"Receber uma homenagem como essa, de uma entidade tão importante, nos enche de orgulho e de confiança para continuarmos no trabalho pelo fortalecimento dos sindicatos", afirmou o presidente.

Segundo a Ansef, "a honraria é destinada àqueles que agem em defesa da PF, e também aos brasileiros ícones dos princípios e valores cultuados pela instituição".

Condecoração de Honra ao Mérito Sindical entregue pelo SOESP

Em outubro, o presidente recebeu, do Sindicato dos Odontologistas do Estado (SOESP), a medalha e o diploma de Honra ao Mérito Sindical por seu histórico de luta em defesa dos direitos dos trabalhadores.

"O Neto é companheiro de muitas lutas, o conheço há mais de 30 anos. Agradeço a você por toda a ajuda que recebi na minha formação como sindicalista", afirmou o presidente do SOESP, Dr. Pedro Petrere.

"Receber esta condecoração representa a certeza de que lutar pelos trabalhadores e pelo povo brasileiro é a nossa missão como dirigente sindical", agradeceu Neto.

Cosme Nogueira é reeleito na FESERP-MG durante congresso da entidade

Diretor da CSB promete união no comando da Federação dos Servidores Públicos

Cosme Nogueira foi eleito durante o primeiro congresso da FESERP-MG

Cosme Nogueira foi reeleito para a presidência da Federação dos Sindicatos dos Servidores Públicos Municipais de Minas Gerais (FESERP-MG), durante o primeiro congresso da entidade, em outubro. "Não queremos concentrar poderes, e sim tomar as decisões em conjunto", afirmou sobre o planejamento do mandato.

Foram aprovadas também mudanças no estatuto da entidade, que prevê a criação 12 regionais no Estado, para descentralizar as ações da Federação.

"Prometo dedicação e muito comprometimento com as nossas causas, como o direito de negociação coletiva [regulamentação da Convenção 151], melhores condições de trabalho, equipamentos de segurança e qualidade de vida para aos servidores públicos", explicou Cosme Nogueira.

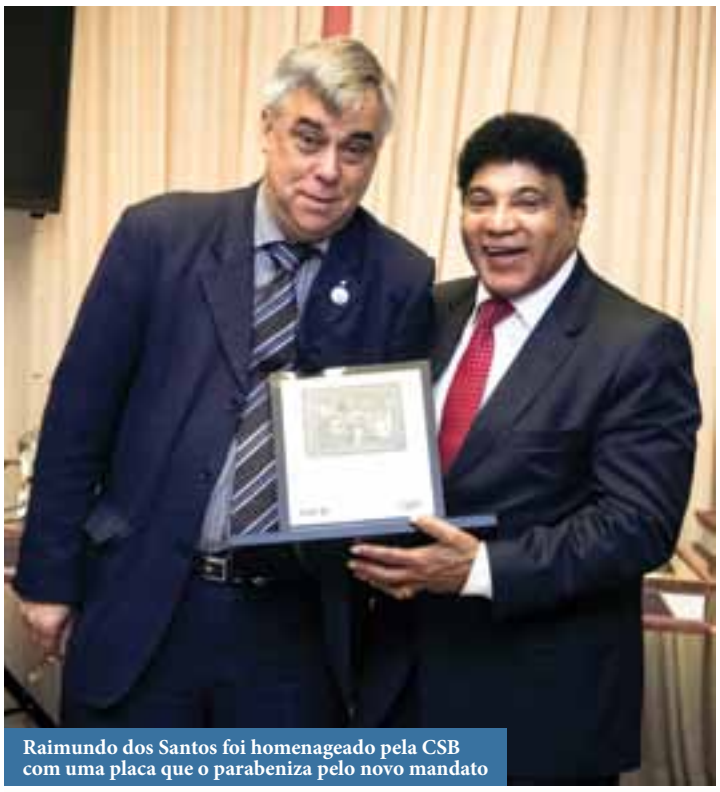
Garagistas reelegem Francisco Antonio da Silva no SEEG

A diretoria executiva do Sindicato dos Empregados em Estacionamentos e Garagens do Estado de São Paulo (SEEG) foi reeleita para a gestão 2013-2016 e continuará a ter Francisco Antonio da Silva como presidente.

O dirigente tem a missão de transmitir sua vasta experiência na área sindical para continuar representando a entidade.

"Nesses 22 anos, nós conseguimos nossa sede própria, uma convenção coletiva que serve de modelo para outros sindicatos do segmento de estacionamento, auxílio-creche para mães, horas extras a 65% sobre horário normal e 100% nas folgas trabalhadas", destacou.

"Vamos investir no aperfeiçoamento da categoria", afirma Raimundo dos Santos



Raimundo dos Santos foi homenageado pela CSB com uma placa que o parabeniza pelo novo mandato

Presidente da Fentramacag foi reeleito por mais cinco anos e pretende capacitar os movimentadores de mercadorias

A Federação Nacional dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral, Auxiliares de Administração no Comércio de Café em Geral e Auxiliares de Administração de Armazéns Gerais (Fentramacag) terá o presidente Raimundo Firmino dos Santos por mais cinco anos à frente da entidade.

O dirigente pretende trabalhar na capacitação dos trabalhadores. "Vamos investir no aperfeiçoamento da categoria, melhorando a vida dos movimentadores", afirmou.

Na cerimônia de posse, a CSB homenageou Raimundo com uma placa, que parabeniza o presidente pela reeleição. "Meus agradecimentos à Central e ao Neto pela homenagem marcante", agradeceu.

"Responsabilidade é a marca do SEAAC Prudente", afirma Paulo Oliveira

O atual presidente continuará à frente do Sindicato dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio de Presidente Prudente e Região (SEAAC) pelos próximos quatro anos.

Paulo Oliveira tem a missão de continuar representando os cerca de oito mil profissionais filiados e as 15 categorias da área de serviços. "Vamos trabalhar para avançar nas negociações salariais dos trabalhadores", pontuou Oliveira, explicando que, nos últimos anos, o sindicato conquistou o direito ao vale-alimentação para todas as categorias.

JORNAL CSB
Dez/2013

Importar a bandeira brasileira da China é uma afronta, afirma Neto

Central é contra a produção de símbolos pátrios no exterior e defende a criação de barreiras de proteção para impedir esta prática desenfreada

Desde a Copa do Mundo de 2006, realizada na Alemanha, o Brasil vem sendo invadido por uma avalanche de bandeiras nacionais produzidas na China, que não atendem à Lei 8.421, de 1992, sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais. Até a próxima edição do evento, que acontecerá no Brasil em 2014, cerca de 30 milhões de bandeiras chegarão ao País.

A CSB considera um ultraje o maior símbolo nacional estar em mãos estrangeiras, e articula a realização de uma audiência com o ministro do Esporte, Aldo Rebelo, para debater junto ao governo federal, à Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB) a criação de barreiras de proteção que impeçam essa vergonha.

A enxurrada desses produtos produzidos no exterior corrói a economia brasileira, interrompe a geração de emprego para os trabalhadores do País e enfraquece a indústria nacional. O lucro estrangeiro com a venda dos símbolos brasileiros deveria circular na economia do Brasil, contribuindo com o desenvolvimento nacional.

"Até mesmo as imagens da padroeira do Brasil, Nossa Senhora Aparecida, vendidas aqui são oriundas da China. Não pregamos a xenofobia, mas é indispensável que passemos a olhar e proteger a economia do País, especialmente os setores estratégicos", disse Antonio Neto.

Marcelo Ninio/Folhapress

Fábricas chinesas enviarão ao Brasil 30 milhões de bandeiras até 2014

Absurdo: domínio estrangeiro do sistema educacional no País

Compra da FMU pelo grupo Laureate é ruim e amplia a desnacionalização do ensino brasileiro

A compra da instituição educacional Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU) pelo grupo americano Laureate International Universities, dono da universidade Anhembi Morumbi, por R$ 1 bilhão, aprofunda a concentração do setor sob o domínio externo - um movimento extremamente negativo para a educação brasileira.

Este modelo é nocivo para a educação, pois a transformação do ensino em mercadoria achatará os salários dos profissionais do setor, criará o domínio externo sobre a massa intelectual brasileira e tira das mãos do País o controle sobre o fruto dos investimentos em tecnologia e pesquisa.

Não se pode tratar a educação como uma mercadoria qualquer, sob um regime de rentabilização que macula os investimentos em pesquisa e desenvolvimento tecnológico tão caros ao progresso de uma nação.

Dívida consumirá mais de um trilhão de reais em 2014

De acordo com a ex-auditora Maria Lucia Fatorelli, pagamento de juros sacrifica investimentos em serviços públicos e abre margem para avanço das privatizações

*Por Maria Lucia Fattorelli**

O governo federal enviou ao Congresso Nacional a previsão orçamentária para 2014 com a impressionante destinação de R$ 1,002 trilhão de reais para o pagamento de juros e amortizações da dívida, sacrificando todas as demais rubricas orçamentárias.

Esse dado chocante explica porque vivemos uma conjuntura marcada pela falta de atendimento aos direitos fundamentais e às urgentes necessidades sociais relacionadas principalmente aos serviços de saúde, educação, transporte, segurança, assistência, etc.

Explica, adicionalmente, o avanço das privatizações representadas pela venda de patrimônio público e entrega de áreas estratégicas que representam estrutura do Estado, comprometendo a segurança e a soberania nacional: portos, aeroportos, estradas, ferrovias, energia, comunicações, e principalmente petróleo.

As ofertas ao setor privado fazem parte do Programa de Investimento em Logística (PIL) e estão sendo realizadas inclusive em seminário promovido em Nova Iorque, em setembro, na sede do banco Goldman Sachs, com a participação das mais altas autoridades do governo brasileiro. Os discursos da presidente Dilma, do presidente do Banco Central, BNDES e Ministro da Fazenda presentes no evento manifestaram publicamente a oferta de oportunidades especiais para investimentos privados no País, com a garantia de financiamentos por bancos públicos nacionais e garantias contra eventuais riscos, oferecendo não só o patrimônio, mas convocando o setor privado para participar da gestão do País.

É evidente que a exigência de crescentes volumes de recursos para o pagamento de juros e amortizações da dívida tem impedido a realização dos investimentos necessários, o que tem sido utilizado como justificativa para a contínua e inaceitável entrega de patrimônio estratégico e lucrativo.

Cabe realçar especialmente a campanha contra o leilão do Campo de Libra, realizado em outubro, quando se pretendia rifar reserva de petróleo superior à soma do que já foi leiloado nas outras quinze rodadas já realizadas durante os governos de FHC e Lula. De acordo com dados do Sindipetro-RJ, a riqueza do pré-sal coloca o Brasil entre os três maiores produtores de petróleo no mundo. Considerando o disposto em nossa Constituição Federal, a capacidade da Petrobras e o compromisso assumido pela Presidente Dilma durante sua campanha eleitoral, não há justificativa plausível para o leilão anunciado, por isso todos devemos apoiar e reforçar a campanha "O petróleo tem que ser nosso", repudiando esse leilão.

Para continuar alimentando o Sistema da Dívida em âmbito nacional e regional, o governo sacrifica o povo com pesados tributos, ausência de retorno em bens, serviços e investimentos, e ainda rifa o patrimônio público.

Por isso perseveramos com os trabalhos da Auditoria Cidadã, exigindo a realização da auditoria e completa transparência desse perverso Sistema da Dívida.

(*) Coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida, instituição que investiga o endividamento público brasileiro – interno e externo.

Fonte: Auditoria Cidadã da Dívida

JORNAL CSB
Ago/2013

Ação da Central contribui para a retirada de temas polêmicos do PL 4330/04

Entidade convocou seus filiados para mobilização em Brasília. O objetivo era impedir a reforma sindical pretendida por alguns setores

Em setembro, dirigentes da CSB estiveram em Brasília para reuniões com os deputados da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara e com lideranças partidárias para debater os temas polêmicos do Projeto de Lei 4330/2004, que prevê a regulamentação da prestação de serviço.

Três dos cinco pontos criticados pela Central já foram retirados da proposta. O artigo 10, que previa uma reforma sindical e pretendia acabar com a organização das categorias diferenciadas, a permissão para a contratação de cooperativas de mão de obra e a liberação para a contratação de PJs foram excluídos do projeto. Outros dois pontos ainda serão tema de discussão: a isenção da Administração Direta do cumprimento da lei e terceirização da atividade-fim.

A CSB é contra:

- a proposta de excluir a Administração Direta da União, Estados e Municípios da Lei;
- a terceirização da atividade-fim;
- a permissão para a contratação de cooperativas de mão de obra;
- a violação de inúmeros princípios constitucionais aplicáveis ao sistema sindical brasileiro – tais como a autonomia coletiva privada e a liberdade sindical;
- a permissão para a quarterização dos serviços.

Dirigentes da CSB participaram das audiências de discussão do PL 4330 no Congresso

"Estamos atentos ao andamento deste projeto de lei e vamos lutar contra qualquer tipo de violação dos direitos trabalhistas. A regulamentação da prestação de serviços é de extrema importância para os trabalhadores, mas isso não pode acontecer sem que todas as nuances sejam debatidas e todos os pontos esclarecidos", defende Antonio Neto.

CSB e Sindpd enviam manifesto sobre o Marco Civil da Internet à Dilma Rousseff

Entidades encaminharam à presidente documento que discute cinco importantes pontos do projeto de regulamentação do uso da rede no Brasil

Em outubro, a CSB e o Sindpd enviaram à presidente Dilma Rousseff um documento sobre o Marco Civil da Internet. No ofício, as entidades propõem a apreciação de cinco pontos previstos no projeto que regulamentará o uso da rede no Brasil. Para ambas, estas questões são essenciais para que o Marco Civil cumpra seu objetivo, que é democratizar e promover o direito de acesso à internet no País.

A guarda de logs dos provedores de aplicação; a responsabilidade destes provedores pelos conteúdos de terceiros; a insustentabilidade do aviso ao próprio criminoso; a inviolabilidade das comunicações dos usuários; e a neutralidade da rede são pontos que, segundo a CSB e o Sindpd, precisam de apreciação cuidadosa.

As entidades argumentam que esses temas são fundamentais para promover o direito de acesso à Internet e à informação para todos os cidadãos. A íntegra do documento pode ser lida no site da CSB.

Centrais lançam ofensiva contra a intervenção do MPT nos sindicatos

Ministério Público do Trabalho também tenta interferir na arrecadação da contribuição assistencial

Em reunião realizada pelas centrais sindicais – CSB, CTB, Nova Central, UGT, Força Sindical, CSP-Conlutas e CGTB , em setembro, as entidades criticaram duramente a ação do Ministério Público do Trabalho (MPT) de interferir na organização dos sindicatos, inclusive nos processos de eleições, convenções trabalhistas e acordos. Além disso, as centrais reiteraram a legalidade da manutenção da contribuição assistencial como instrumento de sustentação financeira dos sindicatos.

"O mais grave é que essa perseguição do MPT, ilegal e abusiva, persiste. E agora eles estão interferindo no processo eleitoral", explica Alvaro Egea, secretário-geral da CSB.

As centrais articulam ações junto ao Ministério Público do Trabalho, ao Tribunal Superior do Trabalho (TST), além do poder executivo e do Congresso Nacional. "Faremos as audiências que forem necessárias para defender os interesses dos sindicatos – que precisam receber as contribuições legítimas deliberadas em assembleias – e dos trabalhadores brasileiros", finaliza Egea.